

DANIEL PERRONI RATTO DE MORAIS DA COSTA

Mudanças sociais e participação política:
Transformações da cultura cearense no século XX

CELACC/ECA-USP
2013

DANIEL PERRONI RATTO DE MORAIS DA COSTA

Mudanças sociais e participação política:
Transformações da cultura cearense no século XX

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização (*Latu sensu*) em Mídia, Informação e Cultura, produzido sob orientação do Prof. Charles Nisz.

CELACC/ECA-USP
2013

SUMÁRIO

Introdução.....	04
A hegemonia dos Ferreira Siqueira.....	04
As transformações: do sólido ao líquido.....	06
Política cearense: Pactos.....	07
O fim dos pactos.....	10
Considerações finais.....	12
Referências bibliográficas.....	17

Mudanças sociais e participação política:
Transformações da cultura cearense no século XX

Daniel Perroni Ratto de Moraes da Costa

Resumo

As relações intrínsecas entre política e sociedade modificaram as estruturas de poder na história do Brasil. Esse artigo tem como objetivo discutir as mudanças que ocorreram no Estado do Ceará, detalhando as trajetórias das culturas hegemônicas, deixando claro, as práticas simbióticas e pactos que viabilizaram a perpetuação no poder.

Palavras-chaves: política, pacto, clientelismo, assistencialismo, coronelismo, sociedade, Ceará.

Abstract

The intrinsic relationship between politics and society changed the power structures in the history of Brazil. This article aims to bring the discussion to such changes that occurred in the State of Ceará, detailing the trajectories of hegemonic cultures, making clear, the symbiotic practices and agreements that enable the perpetuation in power.

Keywords: Politics, pact, clientelism, welfarism, coronelismo, society, Ceará.

Resumen

La relación intrínseca entre la política y la sociedad cambió las estructuras de poder en la historia de Brasil. Este artículo tiene como objetivo llevar la discusión a los cambios ocurridos en el Estado de Ceará, detallando las trayectorias de las culturas hegemónicas, dejando en claro, las prácticas y acuerdos simbióticas que permitieron la perpetuación en el poder.

Palabras Clave: política, pacto, clientelismo, assistencialismo, coronelismo, sociedad, Ceará.

Introdução

Este artigo analisa e discute, dentro de um universo hegemônico e popular, as evoluções sociais que trouxeram a sociedade nordestina para a realidade atual e como se deram as transformações políticas e ideológicas da cultura cearense no século XX.

“(...)o argumento chave de que, já que diferentes índices de valor coincidem em um mesmo signo, a luta pelo significado não se dava como a substituição de uma linguagem de classe autossuficiente por outra, mas como a desarticulação e rearticulação dos diferentes índices de valor ideológico dentro de um mesmo signo. Daí que o significado não pode ser fixado definitivamente, pois cada signo ideológico, como observou Volochinov, é 'plurivalente'; conseqüentemente, esse 'jogo' discursivo contínuo ou essa variação de conteúdo dentro da língua constituía a condição que possibilitava a contestação ideológica”.

(HALL, Stuart. *Dá Diáspora*, 2003, p. 231)

A partir do estudo das dinâmicas políticas, culturais e sociais dos Ferreira Siqueira, família hegemônica da cidade de Itaitinga, que ditou as regras de sua região, desde o século XIX até os dias atuais. O artigo pretende verificar as manifestações culturais e delinear o panorama das estruturas sociais e políticas do Nordeste, observando as mudanças que ocorreram e mostrar os resultados na sociedade hoje.

A hegemonia dos Ferreira Siqueira

Antônio Cândido, em seu livro *Parceiros do Rio Bonito*, descreve a vida do caipira descendente do Bandeirante. No Nordeste, o matuto tem a mesma filosofia caipira. Utilizam as terras, até as desgastarem, com sua agricultura e criação de gado. Então se mudavam. Isso faz deles, nômades, na definição de Antônio Cândido.

Esse cenário já existia no final do século XIX, precisamente em 1888, quando o jovem coronel Antônio Ferreira, se estabeleceu nas terras próximas à cidade de Pacatuba, interior, perto de Fortaleza. Terras estas, dadas pelo então governador do Ceará, Caio da Silva Prado, segundo os livros de registro do estado. O Coronel levantou

sua fazenda e casou-se pela segunda vez com Francisca Siqueira Luz, por sua vez, também de família influente. Tiveram seis filhos, Diva Ferreira Luz, Torres Ferreira Luz, Dagmar Ferreira Luz, Dacila Ferreira Luz, Denise Ferreira Luz e Deusimar Ferreira Luz. Nessa ordem de nascimento.

Em entrevista concedida na sua casa, Deusimar Ferreira contou que, enquanto seus filhos cresciam na fazenda, Antônio Ferreira se envolvia cada vez mais nos assuntos políticos do estado. Como parte das oligarquias dominantes, apoiou a Sedição de Juazeiro, ocorrida em 1914, que foi um confronto entre o governo federal de Hermes da Fonseca e um grupo de coronéis liderado pelo padre Cícero Romão Batista, o “Padim Ciço”. A luta entre oligarquia local e o governo federal foi violenta.

Douglas Kellner, no livro *A Cultura da Mídia*, toma emprestado de Marx e Engels, o conceito de ideologia, definido como a “predominância das ideias da classe dominante em determinada época, consolidando a dominação de classes”. O conceito de ideologia pode ainda, ser estendido para a dominação não apenas no campo econômico ou de classe, mas também de outras formas de opressão. Na sedição de Juazeiro percebe-se a luta entre cultura hegemônica e contra-hegemônica.

No livro *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro descreveu esses conflitos no que ele chama de “Brasil Sertanejo”, onde o laconismo e rusticidade, a predisposição ao sacrifício e à violência, o culto da honra pessoal, brio e fidelidade e a religiosidade com tendência ao fanatismo, acabam por mobilizar massas populacionais como o cangaço e o fanatismo religioso que fazem frente às autoridades.

Dessa forma a força política estava estabelecida juntamente com as ideologias religiosas, moldando a sociedade que ali vivia. Ao longo das mudanças ocorridas no Brasil, a cultura hegemônica perde determinadas características e o que se chama “coronelismo”, em sua concepção inicial, perdeu força, como mostra Antônio Cândido em seu livro *Parceiros do Rio Bonito*, quando ele diz que a expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira (no caso, o matuto) a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (ajuda mútua), diminuindo as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica, fazendo surgir três tipos de indivíduos: O caipira (matuto) que procura

enquadrar-se ao máximo nas novas condições; O que se apega à vida tradicional, procurando conciliá-la com as exigências presentes; O que é totalmente incapaz de ajustar-se às novas condições, assim questionando as estruturas culturais vigentes.

As transformações: do sólido ao líquido

A sociedade cearense estava consolidada em uma estrutura social rígida, onde as permeabilidades que se criavam eram suprimidas pelo poder hegemônico, nas primeiras décadas do século XX. O poder era mantido pelos coronéis e líderes religiosos, no que se intitula oligarquia, através de práticas severas e controle das mídias, caracterizando uma política baseada no clientelismo, dependência e paternalismo.

“A modernidade pesada foi a era da conquista territorial. A riqueza e o poder estavam firmemente enraizadas ou depositadas dentro da terra - volumosos, fortes e inamovíveis como os leitos de minério de ferro e de carvão”.

(BAUMAN, Zygmunt. 2001, p. 132)

Três ciclos de poder ficaram nítidos no Ceará no século XX. No começo do século, as oligarquias dos Accioli, dos Rabelo e padre Cícero. A partir da década de 60, três grandes coronéis, Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, se revezam no poder. No final da década de 80, o grupo de empresários organizados em torno do Centro Industrial do Ceará consegue assumir o comando político do Estado do Ceará.

Esse artigo pretende discutir as mudanças políticas e econômicas que aconteceram no estado, servindo de base para a construção de um novo ciclo de poder e entender como as práticas políticas coronelistas com seus aspectos tradicionais, foram rompidas com a ascensão das elites empresariais.

“(…) na era do software, da modernidade leve, a eficácia do tempo como meio de alcançar valor tende a aproximar-se do infinito, como efeito paradoxal de nivelar por cima (ou, antes, por baixo) o valor de todas as unidades no campo dos objetivos potenciais”.

(BAUMAN, Zygmunt. 2001, p.137)

Política cearense: Pactos

Os pactos surgem da necessidade de se manter o status quo e subjugar forças políticas emergentes ficando claro que para um estado plenamente oligárquico, não poderia existir outro tipo de conformação política.

No século XX aconteceram três pactos relevantes. O primeiro, que teve participação do coronel Antônio Ferreira, em 1911 foi o *Pacto dos Coronéis*, com a mediação do Padre Cícero Romão Batista, o Padim Ciço. Uma reunião de dezenove coronéis, onde ficaram acertadas peças clássicas da oligarquia como se vê na ata:

“Art. 8º - Manterão todos os chefes aqui presentes, inquebrantável solidariedade não só pessoal como política, de modo que haja harmonia de vistas entre todos, sendo, em qualquer emergência, um por todos, e todos por um;

“Art. 9º – Manterão todos os chefes, incondicional solidariedade política com excelentíssimo senhor doutor Antônio Pinto de Nogueira Accioli, nosso honrado chefe e, como políticos disciplinados, obedecerem incondicionalmente a suas ordens e determinações”.

A solidariedade pessoal era cobrada entre os chefes políticos (coronéis), sendo que, para o chefe maior, exigia-se solidariedade política. Os mecanismos de disciplina e hierarquia que mantêm a coesão política aparecem claramente.

Nesse período, o padre Cícero afirmou-se como grande chefe político no estado, ostentando significativa vitória após a derrubada de Franco Rabelo, deposto do cargo de governador pela rebelião de 1913-14.

“Conservadores e democratas disputavam as boas graças do Padre Cícero, cujas forças eleitorais eram engrossadas por romeiros da Bahia, de Alagoas e Pernambuco que vinham votar em Juazeiro nos candidatos daquele sacerdote. A cidade sul cearense passava pelo maior colégio eleitoral do interior, constituindo um pequeno império absoluto dentro de uma das unidades da Federação Brasileira”.

(MONTENEGRO, Abelardo, 1980, p. 92).

Nos anos 60, o Ceará e todo o Brasil viviam sérias questões políticas, principalmente em relação ao problema agrário. No editorial do jornal O Povo, do dia 10 de Abril de 1962, foi destacado a importância dos proprietários de terra na manutenção de um quadro “coronelista” e atrasado no Estado:

“Fácil é encontrar motivos para as vacilações do poder público estadual diante desse importante problema (referente à grilagem de terras). O principal desses motivos é a situação política. O governo está lutando para obter apoio eleitoral nas áreas tradicionais e, pelos modos consagrados, isto é, cortejando os donos de colégios, que são os donos de terra, inclusive terras do Estado. Julga, certamente, que seria um desastre político hostilizar essa gente eleitoralmente poderosa, forçando-a a entregar as terras ilegalmente ocupadas há decênios. (...) Fosse mais audacioso, empreenderia por outro caminho, quebrando o poder dos “coronéis” e buscando apoiar-se nas áreas eleitorais que se fossem liberando por força da redistribuição de terras. Quase podemos estar certos de que a política agrária anunciada não se definirá no sentido em que a querem impulsionar os interesses do desenvolvimento do estado. Ela será simplesmente uma política de manutenção do que está aí, uma política de compromisso com os latifundiários”.

(MONTENEGRO, Abelardo, 1980, p.174).

Nesse editorial, não só a estrutura coronelista do Estado é destacada como razões desse atraso, mas também os mecanismos do clientelismo político, com suas relações de troca de favores políticos por benefícios econômicos. A política de compromisso do poder público estadual com os donos dos colégios eleitorais, que são os donos das terras, foi novamente revigorada em um processo eleitoral.

Dentro desse clima político, a *União pelo Ceará* conseguiu expressiva vitória nas eleições de 1962, levando ao governo estadual o coronel Virgílio Távora, da UDN, em coligação com o PTN.

O destaque dado ao “clima de ordem e paz” durante essas eleições não encobre as denúncias sobre influência do poder econômico nas alterações dos mapas de apuração. Essas alterações ocorrem, principalmente, quando os candidatos com vitória

já assegurada transferem seus votos a outros que os necessitam para eleger-se. “É a adulteração de mapas eleitorais com a natural conivência das autoridades eleitorais”. (MONTENEGRO, Abelardo, 1980, p. 175). Essa vitória, construída em cima de um pacto, assegurou o coronel Virgílio Távora por mais de duas décadas à frente da política do estado.

Nas eleições de 1958, quatro anos antes de ascender ao poder, Virgílio Távora foi derrotado por Parsifal Barroso, da coligação PSD/PTB, que era governo (situação) naquele momento. Nesse ano, o estado enfrentou uma das maiores secas do século XX. A máxima do sertão, segundo a qual “governo não perde eleição em ano se seca”, foi novamente confirmada. Ela revela o conteúdo das campanhas eleitorais que se apresentam não pela “promessa de dias melhores” e sim pela garantia dos recursos federais ou estaduais para obras assistencialistas.

Os chefes políticos locais entram em cena controlando

“as residências dos serviços federais. Cabos eleitorais do PSD vinham a ser pagos pelo DNOCS para investigar e coagir os operários, dos quais se indagava se eram eleitores e com qual partido iriam votar. Se eram pessedistas tinham tudo. Se eram udenistas, tinham que aderir, sob pena de serem postos para fora do serviço. Forneciam-se, nos serviços, cadernetas abonadas até fim de Outubro de 1958 aos que se comprometessem a votar nos candidatos do PSD e PTB”.

(MONTENEGRO, Abelardo, 1980, p. 186).

Em 1982, com a possibilidade de as forças coronelistas serem derrotadas ou de um enfraquecimento decorrente da divisão entre as três principais lideranças (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals) foi oficializado o “acordo dos coronéis”, que envolvia uma divisão dos postos disputados nas eleições e dos cargos de confiança no futuro governo. O pacto dos coronéis, sacramentado no mês de Abril pelo então Presidente da República, João Figueiredo, unindo as três forças políticas oligárquicas do Ceará dentro do PDS, não só definiu os resultados das eleições daquele ano como reforçou o processo político local, dominado pela cultura da dependência.

Mais uma vez, a política cearense é fortemente submetida aos interesses do

poder central. As forças oligárquicas são novamente vitoriosas e elegem o secretário de Planejamento do Estado, Luiz Gonzaga Mota, para o cargo de governador.

O PDS obteve quase 80% dos votos no interior do estado e consolidou a estrutura clientelista que reproduzia uma harmonia entre os governos federal e estadual. A manutenção dessa estrutura foi realizada, em grande parte, através da alusão à miséria do estado e do uso de cabos eleitorais que viabilizavam a continuidade de uma política conservadora e oligárquica.

Os cabos eleitorais conseguiram recompor a clientela eleitoral, antes circunscrita ao limite da propriedade, no espaço de um distrito ou povoado. Eles funcionaram como mediadores entre os eleitores e os políticos, transmitindo as reivindicações de eleitores aos políticos. Estes elaboravam sua plataforma eleitoral nesse quadro. Os cabos eleitorais recuperaram o contato pessoal que era realizado pelo próprio candidato ou por coronéis-proprietários (Assim era o coronel Antônio Ferreira).

Dois aspectos intrínsecos estão sempre presentes nas eleições no estado e, mais especificamente, no sertão: o primeiro é que o partido dos proprietários de terras tende a coincidir com o partido da facção dominante, que assegura a estrutura clientelista construída ao longo do tempo.

A meta de estar sempre no poder é o que mantém e dá continuidade ao sistema clientelista, cuja existência é calcada na viabilidade de atender a interesses e reivindicações da clientela eleitoral. A alternância levaria à descontinuidade desse atendimento, o que implicaria dificuldades para reprodução do sistema clientelista.

O fim dos pactos

Em 1986, nas eleições, esse movimento contínuo de acordos foi quebrado e um novo momento político entrou em cena. Um grupo com forte inserção na economia industrial do Ceará ganhou as eleições para o governo do estado e ocupou duas cadeiras no Senado. Nessas eleições, as lideranças tradicionais, os coronéis, saíram derrotadas: Aduino Bezerra, candidato a governador e César Cals, a senador.

Os coronéis entenderam que seus candidatos perderiam na capital, mas recuperariam a diferença no interior. O resultado mostrou Adauto Bezerra com vantagem sobre o candidato Tasso Jereissati em apenas 42 municípios dos 152 existentes.

Tasso Jereissati é eleito e os resultados dessas eleições determinam a subida ao poder de outro grupo político, que emerge como hegemônico na capital e no interior. O poder no interior não aparece como inteiramente “novo”, na medida em que estava fortemente entrelaçado com as forças tradicionais.

Essa coligação viabilizou um rearranjo na política local que possibilitou a derrota de um grupo político (hegemônico por quase três décadas) e a entrada em cena de um grupo que se colocava como porta-voz do “moderno”. Construiu-se o confronto entre a “força do progresso e da racionalidade” contra a “força da miséria e do atraso”.

A campanha nas eleições de 1986 foi reveladora de outro momento político local, ao delinear o perfil do futuro governo. A principal bandeira dos empresários foi a promessa de acabar com os coronéis, apresentando-os como os principais responsáveis pela condição de miséria do povo cearense. Os seus discursos eram dirigidos contra a miséria, o analfabetismo e o atraso da economia. A estrutura clientelista e assistencialista que dominava o estado era apontada como causa dessa situação.

A campanha dos coronéis, por outro lado, dava destaque às suas realizações, na tentativa de recuperar a imagem de “grandes benfeitores do sertão”, estabelecendo uma relação direta entre voto e gratidão. Essa prática de ressaltar os feitos como mérito pessoal desvinculados de um compromisso com a gestão é recorrente. Nas eleições de 1982, ano do acordo dos coronéis, Cals, Távora e Bezerra já se apresentavam como os “três grandes benfeitores do povo”.

Entretanto, em 1986 esse fato ganhou proporção maior. Os debates políticos colocavam em cena, de um lado, a gratidão, a lealdade, as benemerências, o progresso e as realizações, numa alusão direta à ordem vigente; do outro lado, a miséria, o analfabetismo, o clientelismo e o curral eleitoral como um lado a ser negado e superado no novo momento que se apontava.

Em 1986, o jornal O Povo, publicou um artigo que elucidou esses debates: “Ninguém vai votar com os coronéis porque vive em curral, mas porque sabe que, com eles no poder, o Ceará experimentou seus melhores dias de progresso e bem-estar. E isso mata de raiva quem não tem prestígio. O que o senhor Jereissati chama de curral é a gratidão do povo. E essa não se acaba nunca”.

Os débitos e os créditos tem uma moeda de troca que se chama gratidão. “O favor aparece como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si, vínculos contratuais ou, se os mantêm, são eles subsumidos pelos deveres envolvidos em relacionamentos que se baseiam, antes de tudo, na reciprocidade”. (MARTINS, José de Souza, 1994, p.35).

Considerações finais

O discurso dos jovens empresários sempre remete à necessidade de apressar as transformações sociais e políticas do estado. Nesse quadro existe um discurso cuja ideologia baseia-se no conceito de que as rupturas sociais podem ocorrer de modo mais rápido.

Tasso Jereissati e Ciro Gomes colocam como centro de suas campanhas políticas a luta contra o clientelismo político. Tasso exalta que “o essencial, o clientelismo político, este nós vamos atacar no dia 15 de março. No dia 16 não haverá mais clientelismo político”. (Revista Veja de 10 de Dezembro de 1986).

“Outro aspecto desta questão da identidade está relacionado ao caráter da mudança na modernidade tardia; em particular, ao processo de mudança conhecido como 'globalização' e seu impacto sobre a identidade cultural. Em essência, o argumento é que a mudança na modernidade tardia tem um caráter muito específico. Como Marx disse sobre a modernidade: 'é o pensamento revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos (...) Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificarse. Tudo que é sólido se desmancha no ar...' (Marx e Engels, 1973, p.70)”.

(HALL, Stuart, 2011, p. 14)

A luta, uma disputa no tempo, está no centro das rupturas propostas, no cerne das dicotomias anacrônico-moderno, conservador-progressista, antigo-novo. Os jovens empresários são os porta-vozes de uma era diferente: “Pelo sistema tradicional, se as ideias não rompessem com todos os valores, não teriam nenhuma chance. Se fôssemos medir as forças, um (candidato) tinha 130 prefeitos e o outro 15. 130 ganha de 15. Era preciso colocar no processo ideias revolucionárias que fossem capazes de desestabilizar a ordem” dizia Tasso Jereissati, em entrevista para o jornal Folha de São Paulo em 1992.

Os conceitos emergentes eram a grande arma dos jovens empresários frente ao sistema de compromissos com as facções locais, municipais, em que a ordem coronelista estava encravada. Se essa ordem clientelista era adversa aos empresários, por ser uma prática política secular, a sua negação, tornando-a “a vítima sacrificial” do processo, era a possibilidade de afirmação da elite política que chegava.

As críticas ao coronelismo por parte dos novos empresários remontam ao início da década de 80. Em discurso no ano de 1982, Tasso Jereissati ressaltou o caráter anacrônico do coronelismo e conclamou o governador eleito, Gonzaga Mota, a romper.

A emergente elite político-empresarial vai se firmando na política cearense, tornando-se hegemônica com um discurso modernizante e a favor da justiça social. Para Tasso, “(...) não há nenhuma perspectiva a longo prazo para o empresário sem a solução dos problemas sociais do país. Ou todos resolvemos juntos o problema da justiça social ou todos juntos pereceremos. A bandeira conta a miséria deve ser erguida e defendida por todos nós”. (Jornal O Povo, 1981).

Na perspectiva de consolidar um capitalismo humanitário, a regra básica é lutar contra a miséria social, diminuindo as diferenças de renda. A tese é elementar, não existindo capitalismo sem consumidor.

Nessas colocações estavam implícitas críticas à política industrial do governo federal, principalmente em relação ao crescimento do processo de estatização e do centralismo do estado como planejador. A identificação com o Grupo dos Oito, grupo

este, composto por oito empresários nacionais que defendiam a abertura democrática (Cláudio Bartella, José Mindlin, Severo Gomes, Antônio Ermírio de Moraes, Paulo Villares, Paulo d'Arrigo Velhinho, Laerte Setúbal e Jorge Gerdau Johannpeter), que era apontado pela mídia nacional como porta-voz do empresariado brasileiro, foi imediata, criando fortes laços com os empresários paulistas. Isso não só favoreceu a ampliação dos espaços econômicos do grupo cearense como também deu a ele maior respaldo político local. O engajamento dos jovens empresários na política nacional foi imediata, principalmente na participação do processo de abertura política.

“A nova desigualdade global e a nova autoconfiança e sentimento de superioridade que se seguiram foram espetaculares e sem precedentes: novas noções, novos quadros cognitivos eram necessários para captá-las e assimilá-las intelectualmente. Essas noções e quadros foram fornecidos pela recém-nascida ciência econômica política, que veio a substituir as ideias fisiocratas e mercantilistas que acompanharam a Europa...”.

(BAUMAN Zygmunt, 2001, p.162).

Internamente, no Ceará, o grupo dos empresários amplia e consolida seus espaços no campo da política, aproximando-se dos “políticos profissionais”. Nesse sentido, ganha destaque a incorporação ao grupo de dois políticos pertencentes às tradicionais famílias políticas e com passagem por partidos políticos conservadores de direita: Ciro Gomes e Lúcio Alcântara. Essas incorporações não só ampliam os espaços eleitorais como também demonstram a não impermeabilização desse grupo às regras do jogo político.

Nessa curta trajetória, um processo ainda em curso, as dúvidas e incertezas deixavam aquele momento político muito frágil. No primeiro momento para o grupo dos jovens empresários balizados pelos princípios de modernidade e racionalidade, o Estado é visto como um espaço contínuo às empresas. Nesse sentido, os princípios de eficácia e racionalidade do mundo empresarial são transferidos, mecanicamente ou sem nenhuma mediação política, para a máquina estatal. O Estado deveria ser administrado como uma empresa: máquina enxuta e setores não rentáveis desativados.

Pela lógica, a vocação econômica do Ceará não era a agricultura, mas o turismo,

e as indústrias comandariam o soerguimento econômico do estado. A agricultura perdeu paulatinamente o seu lugar de absorção de mão de obra, e também a máquina pública deixou de ser o grande empregador de serviço público para a classe média. Com essa política, o mercado de trabalho foi fortemente atingido.

Tais medidas trouxeram fortes dividendos sociais e políticos, O êxodo para a capital, em busca de empregos, cresceu e aumentou o descontentamento dos funcionários públicos estaduais com o achatamento salarial e o número de demissões. Tal situação impôs limites políticos à nova elite, que agora tem de trabalhar cada vez mais pela via da mediação política.

A sua posição hegemônica não pode ser mantida somente pelo lado da racionalidade econômica. A legitimidade que decorre, em grande parte, da adequação às regras do jogo político, aparece como um dado fundamental para a reprodução do grupo de poder.

Os pactos políticos serviram ao longo da história para manter os grupos oligárquicos no poder. Nas últimas décadas esses pactos definiram, principalmente, os rumos eleitorais do estado. Em 1991, foi celebrado um pacto em vigor até hoje, dentro dos princípios de modernidade que deu o direcionamento para a política local e ofereceu sustentáculos para as novas elites políticas.

O denominado “pacto de cooperação” foi criado pelo então governador do estado e um grupo de empresários, e tinha como objetivo central, discutir alternativas para os graves problemas estaduais. Um exemplo desse pacto é a parceria entre o atual governador Cid Gomes e a ex-prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, melhorando a integração entre as políticas do governo do estado e a prefeitura da capital. Seus membros destacam que a novidade desse pacto é a participação da sociedade civil nos debates, em busca de soluções participativas.

“A cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas levando os membros da sociedade a ver certas ideologias. (...) Os textos culturais populares naturalizam essas posições e, assim,

ajudam a mobilizar o consentimento às posições políticas hegemônicas”.

(KELLNER, Douglas, 2001, p.81)

Para as novas elites, o pacto quebra a estrutura clientelista na medida em que retira o governo do centro das decisões, o que antes o deixava “poderoso e dadivoso”. O pacto é considerado um dos instrumentos de participação e transferência que o governo tem para discutir, juntamente com a sociedade, o seu futuro. Isso é apontado como um dos mecanismos que quebraria a marca da dependência paternalista. O “pacto de cooperação” tem sido um dos sustentáculos políticos das novas elites.

As controvérsias em torno do velho e do novo mostram complexidades analíticas, além dos discursos e classificações que acompanham as disputas político-partidárias.

Assinalar as rupturas implica compreender que a vigência de um círculo político depende do anterior. As marcas do passado no presente, ou as marcas do presente no passado, constituem ainda um espaço aberto a investigações.

“O *Neuromancer* de Gibson e outras criações *cyberpunk* constituem um ótimo mapeamento de uma possível trajetória do presente para o futuro, apontando para desenvolvimentos fundamentais da tecnologia, capazes de produzir um futuro diferente. A ficção *cyberpunk* lança um olhar inflexível e realista para os poderes que estruturam nosso mundo, suscitando importantes questões acerca do modo como a tecnologia estrutura a experiência e o status do ser humano, à medida que a infraestrutura da sociedade vai deixando de ser industrial e de estar ligada à produção, passando a ser uma cultura da mídia e da informação na nova era do tecnocapitalismo”.

(KELLNER, Douglas. 2001, p.401)

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. De Plínio Dentzien. Jorge Zahar, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Ouro sobre Azul, 2010.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Edusc, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed., 1. reimp. DP&A, 2011.

HALL, Stuart. *Dá Diáspora*. UFMG, 2003.

LUZ, Deusimar Ferreira. Entrevista concedida a Daniel Perroni, Itaitinga, Ceará, 2012.

MARTINS, José de Souza, *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. Hucitec, 1994.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando. *Os partidos políticos do Ceará*. Universidade Federal do Ceará, 1980.

POVO, O Jornal, 1986.

SÃO PAULO, Folha de, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Companhia das Letras. 1995.

VEJA Revista, 10 de Dezembro de 1986.

<http://orodape.blogspot.com.br/2009/09/o-pacto-dos-coroneis.html>